

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO IX- Nº 69 - FEVEREIRO DE 2021

    @adufgsindicato

**ESCALADA DE CASOS DE COVID-19, INSTABILIDADE POLÍTICA E AGRAVAMENTO DA
CRISE ECONÔMICO REFLETEM PERSPECTIVAS NEGATIVAS PARA O PAÍS**

Páginas 8 e 9

Arte: Janaína Silva (estagiária)



O que esperar
do Brasil
em 2021?

UFJ E UFCAT

SAIBA COMO
ESTÁ A
ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL
NAS DUAS
UNIVERSIDADES

Página 6

SAÚDE

ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL AJUDA
NO COMBATE
À ANSIEDADE

Página 7

É DA UFG

IQ REGISTRA
SUA PRIMEIRA
PATENTE
ÚNICA

Página 10

TRAJETÓRIA

PROFESSOR LAERTE
GUIMARÃES CRIOU
LABORATÓRIO, QUE
HOJE É REFERÊNCIA
INTERNACIONAL

Página 16

prestação de contas

Fevereiro de 2020

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	378.944,15
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.436,74
1.4	Receitas Financeiras	17.442,81
1.5	Outras Receitas	1.576,54
1.6	Resgate de aplicações financeiras	556.682,83
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	5.720,41
Total R\$		950.362,66

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	16.730,85
2.1.2	Encargos Sociais	37.522,27
2.1.3	Seguro de Vida	771,50
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	3.589,99
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	2.015,09
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	907,34
Total R\$		62.186,04

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.322,30
2.2.2	Despesas com Correios	382,02
2.2.3	Energia Elétrica	3.477,28
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.331,48
2.2.5	Honorários Contábeis	4.116,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	2.461,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.936,57
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	708,06
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.606,40
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	700,00
2.2.15	Água e Esgoto	502,57
Total R\$		32.363,58

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.319,03
2.3.2	Despesas com Táxi	81,59
2.3.3	Despesas com Coral	2.435,53
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	691,58
2.3.5	Diárias de Viagens	8.405,30
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.231,47
2.3.7	Lanches e Refeições	1.400,35
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	9.432,82
2.3.10	Manutenção de Veículos	150,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	2.607,19
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.063,90
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	7.027,80
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.789,93
2.3.17	Material de expediente	1.743,42
2.3.18	Outras despesas diversas	2.406,05
2.3.19	Manutenção e Conservação	4.395,93
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.669,98
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.925,20
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	10,83
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	2.175,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	530,72
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		57.526,62

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	4.091,69
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	46,26
Total R\$		4.137,95

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	15.124,56
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifex Federação	29.011,58
Total R\$		44.136,14

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	200.350,33
3 Resultado do exercício 02.2020 (1-2)	750.012,33

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	674.368,06
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	490,41
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	11.500,00
Total R\$		686.358,47

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	4.000,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		4.000,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	40,00
Total R\$		40,00

Total Geral dos Investimentos R\$	690.398,47
5 Resultado Geral do exercício 02.2020 (3-4)	59.613,86

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

MAIS UM ANO DE RESISTÊNCIA

No ano passado, a pandemia do coronavírus (Covid-19) evidenciou ainda mais a importância das universidades públicas para todo o Brasil. Mesmo sob ataques cada vez mais fortes – com ameaças à autonomia e cortes orçamentárias –, milhares de ações com foco na redução dos impactos da pandemia nasceram dentro da comunidade acadêmica. Entre elas, estão pesquisas sobre vacinas e medicamentos, atuação na linha de frente aos pacientes e produção de equipamentos de proteção.

Na prática, enquanto o presidente Jair Bolsonaro diz que o país está quebrado e que não pode fazer nada, as universidades mostraram que, ao contrário do Planalto, valorizam a ciência e têm compromisso com a vida e com a sociedade. Para 2021, infelizmente, as expectativas permanecem ruins.

Com 224 mil mortes até o fechamento desta edição, a pandemia está longe de acabar e em novo momento de agravamento. Bolsonaro permanece o mesmo: considera a Covid-19 superdimensionada, não usa máscara de proteção e estimula que a população faça o mesmo, desrespeita medidas de prevenção à doença, promove aglomerações, debocha da tragédia daqueles que perderam seus entes queridos e não consegue implantar uma campanha de vacinação que, de fato, atenda toda a população.

Além da grave crise sanitária, o cenário de ataques e de tentativas de desmonte dos serviços públicos parece fazer parte da agenda do governo. A reforma administrativa, por exemplo, devem voltar a ser discutida e, se aprovada, prejudicará tantos os futuros servidores quanto aqueles que já estão em atividade.

Na edição 69, o Jornal do Professor apresenta, em sua matéria de capa, as perspectivas para 2021 nas áreas de educação, saúde, pesquisa, política e carreira docente. A publicação traz, ainda, assuntos como os desafios da assistência estudantil nas novas universidades, tecnologia 5G, Fundeb, cenário econômico e vacinação. Há também entrevistas com professores das três universidades federais localizadas em Goiás.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO IX - Nº 69

FEVEREIRO de 2021

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Estagiária: Janaína Silva

Data de fechamento: 05/02/2021

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

www.adufg.org.br



**Flávio Alves
da Silva ***

A LUTA PELA EDUCAÇÃO É PERMANENTE

Há 42 anos, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) acumula muitas lutas e conquistas na defesa dos direitos dos professores e dos serviços públicos como um todo. Esse histórico de luta teve que ser ampliado, uma vez que os últimos anos têm sido os mais desafiadores da história recente. Afinal, a educação tem vivido sob constantes ataques.

O atual governo tem aproveitado a pandemia do coronavírus (Covid-19) para castigar ainda mais o ensino público. Cortes de verbas atingem todos os níveis da educação – desde o básico ao superior. A redução de orçamento também atinge a pesquisa, tão necessária, principalmente, neste momento de pandemia.

Não há histórico de uma gestão que tenha sido tão cruel para a educação. Jair Bolsonaro tem ultrapassado todos os limites. Tivemos cortes nas universidades federais, cortes de bolsas, perdas salariais e outras ações que têm impactado de forma negativa todo o legado construído pela educação nas últimas décadas. Nem mesmo na Ditadura Militar foi perceptível uma tentativa de desmonte tão grande.

Jair Bolsonaro mostrou que educação não era sua prioridade desde o início, quando anunciou Ricardo Vélez como ministro. Sua paralisia à frente do MEC foi tão grande que não conseguiu nem mesmo responder questionamentos de parlamentares no Congresso. A repercussão foi tão negativa que Vélez não passou dos 100 primeiros dias de governo.

Depois da passagem desastrosa de Ricardo Vélez, o País foi palco de um show de horrores ainda pior: Abraham Weintraub. Longe de estar à altura do cargo, o ministro deu vexame do primeiro ao último dia. Cortou 30% do orçamento da rede federal alegando que as universidades promoviam “balbúrdia”.

Bolsonaro nomeou, em seguida, Carlos Decotelli, que pediu demissão antes mesmo de tomar posse porque foi capaz de mentir no próprio currículo. Em seguida, chegou Milton Ribeiro, que tem seguido a cartilha bolsonarista e atacado a educação das piores maneiras possíveis.

O governo Bolsonaro atacou a autonomia das universidades, alicerces básicos da comunidade acadêmica. Desde que assumiu o comando do País, o presidente nomeou 20 reitores de forma arbitrária, ignorando completamente as eleições e as listas tríplices.

Em dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, determinou que Bolsonaro passasse a seguir a lista tríplice na nomeação dos reitores e dos vice-reitores das instituições federais. A ordem foi proferida nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 759. Mesmo assim, o presidente voltou a ignorar a autonomia universitária ao não nomear os nomes mais votados das listas.

Na ação que tramita no STF, inclusive, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) atua como *amicus curiae*. Ainda em dezembro, nosso departamento jurídico foi responsável

por sustentação oral para o julgamento virtual da cautelar da ADPF. Na oportunidade, destacamos que há uma clara campanha para privilegiar candidatos alinhados com o Governo Federal para ocupar as reitorias, independente das escolhas expressas pela comunidade acadêmica. Vamos continuar acompanhando o processo e lutar, utilizando todos os meios legais possíveis, para impedir novas intervenções.

Na pandemia, o descaso de Bolsonaro foi ainda maior. Além de, constantemente, debochar a dor de quem perdeu familiares para a Covid-19 e classificar o vírus como superdimensionado, o tentou fazer com que as universidades retornassem suas atividades presenciais sem que houvesse vacina. A medida colocaria em risco a vida de professores, servidores, alunos, familiares e todos aqueles que convivessem com essas pessoas. Felizmente, pressionado, o governo recuou de tal absurdo.

Importante destacar que, mesmo diante da pandemia, os professores não ficaram parados. Os docentes se reinventaram e adotaram o ensino remoto para que os estudantes não ficassem sem aula. Todos estão empenhados na luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Além dos docentes que estão em ensino remoto, grande parte da nossa categoria está na linha de frente de combate ao novo coronavírus. Docentes lideram diversas pesquisas, além do próprio atendimento em hospitais acadêmicos. É inaceitável que a comunidade acadêmica continue sendo tratada com tanto descaso.

Diante de tantos ataques, ampliamos fortemente a nossa luta. Nos mantivemos firmes para garantir que os direitos dos docentes e dos servidores públicos como um todo fossem assegurados. Diversas ações jurídicas e políticas foram realizadas para impedir que o governo avançasse ainda mais contra o ensino público.

Em 2021, nossa luta continuará ainda mais forte. O Governo Federal já deu a entender que será mais um ano de ataques e tentativas de desmonte dos serviços públicos. A reforma administrativa – que pode prejudicar tanto os atuais servidores quanto os que ainda vão entrar -, deve entrar na pauta do Congresso. Não vamos permitir que isso aconteça.

A luta pela educação é permanente e o Adufg-Sindicato permanecerá ao lado dos docentes. Temos muita determinação e desejo de contar com a participação de todos para superar os ataques políticos do governo mais autoritário da história recente.

Por fim, além de reforçar nosso compromisso em defender os direitos da categoria, parabenizo aqueles que, mesmo diante de tantos ataques, se dedicam à construção de um futuro melhor para o País por meio da educação.

**Flávio Alves da Silva é presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg), professor da UFG e doutor em Engenharia de Alimentos pela Unicamp.*

“ O ATUAL GOVERNO TEM APROVEITADO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) PARA CASTIGAR AINDA MAIS O ENSINO PÚBLICO ”



Márcia Péla *

A ASFIXIA DA CIÊNCIA NO BRASIL: UMA ESTRATÉGIA DE PODER

A pandemia de Covid-19 colocou a ciência nos holofotes da mídia mundial e brasileira. Pesquisadores e cientistas que ocuparam a linha de frente estão participando constantemente de lives, entrevistas e dos principais canais de notícias (televisivos, impressos e digitais) do país com o intuito de esclarecer cientificamente à população e aos profissionais da saúde sobre a origem, o processo de contaminação e os efeitos da doença.

Não só isso. Os pesquisadores, em especial das universidades públicas, trabalharam e trabalham exaustivamente desenvolvendo ações como a disseminação de informações e divulgação científicas; a capacitação de profissionais da saúde; a produção de EPIs, desinfetantes, respiradores e/ou equipamentos de apoio às UTIs e testes para covid-19, entre tantas outras. Segundo o mapeamento realizado pelo Projeto Ciência Popular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, mais de 2.000 iniciativas contra os efeitos da pandemia de covid-19 foram desenvolvidas em todo o Brasil.

O que estes dados nos mostram?

Mostram-nos a importância da pesquisa e dos pesquisadores para a sociedade brasileira. Mais que isso, evidencia que a nossa civilização não sobrevive sem a ciência. A ciência salva vidas e promove uma infinidade de avanços dos quais depende o desenvolvimento econômico, social e ambiental, que gera a redução das desigualdades, o emprego e o bem-estar da população. Contudo, o projeto em curso no nosso país é o de desmonte de toda a estrutura da CT&I e do ensino público superior.

A SBPC, em conjunto com a comunidade científica e a sociedade civil organizada, vem denunciando este projeto e desenvolvendo, desde 2015, ações contra este desmonte, mas os cortes não param. Para se der uma ideia, a mutilação de recursos para 2021 no MCTI chega a 32%, se comparada a 2020, e de R\$ 4,8 bilhões do FNDCT. Somam-se a isso os cortes em bolsas do CNPq e da Capes.

Esta drástica redução atinge grande parte das Fundações de Amparo a Pesquisas, que estão sendo lentamente asfixiadas pelos chefes dos executivos e legislativos. Goiás é um exemplo claro deste processo. Apesar de nós da comunidade científica goiana termos criado uma ampla frente em defesa da CT&I, por meio de importantes ações desenvolvidas desde 2015, fomos surpreendidos, ao final de 2019, com a supressão da emenda à Constituição estadual que obrigava o governo de Goiás a investir em CT&I. Este é, a meu ver, o prenúncio da extinção da Fapeg.

Certamente, estamos presenciando um dos projetos mais perversos contra a nossa sociedade, projeto este que conta com porta-vozes que chamam professores de vagabundos e falseiam a verdade ao dizer que “ciência é gasto”. Usam do obscurantismo, da pseudociência, da negação e de inúmeras artimanhas ideológicas que, paradoxalmente, estão a serviço, em pleno século XXI, da versão mais primitiva do capitalismo. Ou seja, escamoteiam a verdade de que a CT&I é uma área estratégica e indispensável para que tenhamos

um país forte, produtor de conhecimento, diverso e, acima de tudo, que proporcione o crescimento intelectual, cultural, econômico e científico da população brasileira de forma equânime.

Esta situação remete-me à denúncia feita por Darci Ribeiro, no início da década de 1970, no artigo *Sobre o óbvio*. Nele, Ribeiro fala que a crise educacional brasileira, na época, não era uma crise, mas um projeto minuciosamente calculado que tinha como objetivo a derrocada da escola pública e, em consequência, a transformação da educação em um privilégio. Segundo sua análise, este projeto de destruição do sistema público de educação, a ele tão óbvio, não era percebido pela maioria da população brasileira.

Uma das memórias mais marcantes que tenho da minha infância é a de a minha avó materna duvidar de que nós, seres humanos, conseguimos chegar à Lua. Para ela, apesar das imagens televisivas e de todas as informações sobre essa façanha alcançada pela ciência e pela tecnologia, esta história era inconcebível e, por isso, uma grande mentira.

O interessante é que, dialeticamente, ela amava adquirir todas as novidades tecnológicas que eram lançadas nos idos das décadas de 1970 a 1980. O novo e o moderno sempre a atraíram, pois representava prosperidade, melhoria de qualidade de vida, entre tantas outras significações que a égide da modernidade incutiu em nossa sociedade. No entanto, apesar de a tecnologia ser o seu objeto de desejo, o fato é que a ciência como conhecimento – e, por isso, uma das formas de conceber e compreender o mundo – não tinha muito sentido em seu cotidiano de vida. Contudo, esta falta de sentido não significava que a ciência e suas descobertas não estavam presentes em sua rotina de vida. Muito pelo contrário, mesmo sem ter perceptibilidade, ela, minha saudosa avó, a utilizava desde as preparações de suas deliciosas comidas até os negócios que fazia no armazém da família.

Por esta razão, o não entendimento da ciência e de seus impactos no cotidiano de vida não são uma particularidade só de minha avó, que hoje, se estivesse viva, estaria com aproximadamente 115 anos. Esta é uma realidade que ainda persiste em nosso país, fruto de falsos paradoxos que envolvem e fragmentam a ciência da vida cotidiana.

É passada a hora de criarmos um projeto nacional de CT&I que esteja a serviço da classe trabalhadora brasileira. Que pense no desenvolvimento para além dos commodities. Que tenha em seus princípios a conexão entre conhecimento e saber; a popularização da ciência; a dignidade humana; e, acima de tudo, a distribuição equânime das riquezas, sejam elas materiais ou imateriais.

E VOCÊ? QUAL A SUA PROPOSTA PARA NÃO MORRERMOS ASFIXIADOS?

* Secretária Regional da SBPC-Goiás e Docente do Centro Universitário Alfredo Nasser.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

É DANDO QUE SE RECEBE

Custou caro aos cofres públicos a dupla vitória do presidente Jair Bolsonaro. Para eleger Arthur Lira e Rodrigo Pacheco como presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, o Governo Federal destinou mais de R\$ 3,5 bilhões para 250 deputados e 35 senadores aplicarem em seus redutos eleitorais. O montante saiu do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Por outro lado...

Se, por um lado, o presidente começa seus dois últimos anos de mandato com uma relação mais “amistosa” com a cúpula do Congresso, por outro, fica refém de um grupo que não é conhecido pela lealdade, mas sim pelo extremo pragmatismo: o Centrão. Se os recursos públicos secarem e a popularidade de Bolsonaro minguar de vez, Lira pode ser o que Eduardo Cunha foi para Dilma Rousseff: deixar de ser a blindagem que o mandatário almeja contra um processo de destituição.

Amém?

Membros de religiosos de igrejas que apoiaram fielmente a candidatura de Bolsonaro em 2018 apresentaram o 62º pedido de impeachment do presidente. Promovido pela Frente Ampla Cristã, o documento tem como base a conduta e negligência do mandatário ao lidar com a pandemia. Entre os assinantes, estão a Comissão Nacional de Justiça e Paz, ligada à CNBB; a Aliança de Batistas do Brasil e a Câmara Episcopal da Igreja Anglicana no Brasil.

Previsível

Por motivos óbvios, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve taxa de abstenção superior a 50% nos dois dias de provas presenciais, o que gerou um prejuízo de R\$ 332,5 milhões aos cofres públicos. O vexame aconteceu após o governo se negar a adiar as provas por causa da pandemia da Covid-19, conforme havia sido pedido por diversas entidades e movimentos.

Orçamento menor

A atual proposta de orçamento para Ministério do Meio Ambiente é a menor em 21 anos, segundo relatório do Observatório do Clima. Com orçamento de R\$ 1,72 bilhão, a pasta deve sofrer redução de 27,4% em relação a 2020 nos recursos dedicados ao combate de incêndios e na fiscalização ambiental. O corte orçamentário ocorre pouco tempo depois do Governo Federal ter sido omissivo no combate aos incêndios em áreas, como o Pantanal.

Absurdo

O governo Bolsonaro cortou 68,9% da cota de importação de equipamentos e insumos destinados à pesquisa científica, o que afetará ações desenvolvidas pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz no combate à pandemia da Covid-19. O valor foi reduzido de US\$ 300 milhões (R\$ 1,6 bilhão) no ano passado para US\$ 93,29 milhões (R\$ 499,6 milhões). Um levantamento feito pelo CNPq mostra que a redução feita pelo governo Bolsonaro, em plena pandemia, é sem precedentes na última década.

HC

Enquanto os cortes e ataques continuam, a universidade pública faz o seu trabalho. O novo Hospital das Clínicas foi um dos hospitais que auxiliou a desafogar o colapso da saúde em Manaus. Foram recebidos 18 pacientes manauaras, 10 deles na UTI. Enquanto o Governo Federal oferece indiferença, cabe aos tão combatidos servidores públicos da saúde e da educação assumir esse ônus com qualidade e dedicação.

Vai ter luta

Entidades sindicais já estão de olho na agenda do Legislativo. Com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco no comando da Câmara e do Senado, respectivamente, começa a ganhar força a retomada das discussões sobre a reforma administrativa. Sob a justificativa de cortar gastos, a proposta do governo deve prejudicar servidores em atividade e aqueles que ainda vão ingressar futuramente. O movimento sindical já prepara diversas mobilizações para os próximos meses.

Resistência

O Adufg-Sindicato promoveu debate virtual durante o Fórum Social Mundial. Com o tema “Sucateamento e autoritarismo: os ataques às universidades públicas promovidos pelo governo Bolsonaro”, a live contou com as participações do presidente do sindicato, professor Flávio Alves da Silva, do editor internacional do portal Brasil 247, José Reinaldo Carvalho, da professora da Faculdade de Educação da UFG, Miriam Fábria Alves, e do diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE), Eduardo Campos. Os participantes pregaram por uma união de movimentos sindicais, sociais e de partidos políticos de oposição para fazer frente às políticas destrutivas do Governo Federal.

RÁPIDAS

Flores

Os professores Tatiana de Sousa Fiuza e Heleno Dias Ferreira, ambos do ICB, lançaram o livro “Olhares, palavras, (des)Cerrados”, que é composto por mais de 100 fotos – sendo a maioria de plantas medicinais do cerrado.

Alerta

Golpistas estão a vacinação contra a Covid-19 para roubar dados. As tentativas ocorrem pelo WhatsApp.

Na internet

A UFG lançou o portal da Cátedra Sérgio Vieira de Melo. Objetivos: difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro da temática.

Fotos: Diogo Fleury



Resistência: no campus 2 da UFG, não é difícil encontrar mensagens de protesto aos ataques do governo Bolsonaro

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AINDA É DESAFIO PARA AS NOVAS UNIVERSIDADES

Falta de recursos e processo de emancipação esbarram no desenvolvimento de políticas de ações afirmativas na UFJ e UFCAT

Foto: Diogo Fleury



Foto: Globo Minas



Pró-reitores de assuntos estudantis da UFJ e UFCAT, Luciana Elias e Emerson Gervásio criticam cortes de recursos do Pnaes

Luciana Porto

Antes, regionais da Universidade Federal de Goiás (UFG), as universidades federais de Jataí (UFJ) e Catalão (UFCAT) vivenciam o processo de emancipação. A assistência estudantil é um dos maiores desafios enfrentados pelas novas instituições, uma vez que ainda contam com baixo orçamento do governo federal para implementação de ações afirmativas que atendam a comunidade acadêmica como um todo. Além da pandemia da Covid-19, o ano de 2020 trouxe ainda uma nova barreira para as instituições federais de ensino superior (Ifes): o corte de 40% das verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), se comparado a 2019. O cenário pode ser ainda pior em 2021, levando em consideração a proposta de redução de 18,2% no orçamento deste ano para as universidades federais de todo o País.

O ponto de partida do debate está na Lei de Cotas, explica o pró-reitor de Políticas Estudantis da UFCAT, o docente Emerson Gervásio. De acordo com ele, apesar da legislação que reserva 50% das vagas de matrícula nas Ifes para alunos

oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos ter sido sancionada em 2012, as universidades ainda precisam lutar por essa política afirmativa. “Essa Lei tem um prazo estabelecido de dez anos, ou seja, em 2022 ela já será revista. Precisamos ampliar essa discussão, porque essa política revolucionou as universidades, ampliando o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. O primeiro grande foco é este, uma política afirmativa estabelecida, mas que precisa perdurar”, pontua Gervásio.

Gervásio conta que, atualmente, a UFCAT promove assistência prioritária aos alunos bolsistas ou cotistas na área de alimentação e saúde. O pró-reitor explica que com a pandemia e a instalação de um sistema de aulas por vias remotas, o restaurante universitário suspendeu o atendimento, o que levou a instituição a fornecer uma bolsa alimentação para alunos em situação de vulnerabilidade social. Outro ponto de ação da UFCAT é o de prevenção e promoção à saúde. “Todos nós, alu-

no, servidor, técnico, docente, estamos vivendo um momento muito difícil na pandemia da Covid-19. Por isso, também pensamos em projetos voltados para o bem-estar dos nossos alunos. A saúde, tanto física quanto mental, dos nossos estudantes implica na sua permanência na universidade”, comenta.

Na UFJ, Luciana Aparecida Elias, que é pró-reitora de assuntos estudantis da instituição, esclarece que a universidade está em fase de construção de uma política própria de ações afirmativas, já que a Ife ainda passa por um processo de tutoria para emancipação e muitos dos programas ainda estão ancorados na UFG. “É uma reconfiguração dessas ações afirmativas já existentes para que tenhamos as nossas especificidades e possibilidades. Acesso, integração, permanência e acompanhamento são as palavras-chave que os nossos projetos buscam. Temos que pensar nos alunos negros, quilombolas, indígenas, portadores de necessidades especiais, são diversos grupos e dentro deles tem as suas variantes. Por isso, é importante discutir a amplitude dessas ações afirma-

tivas”, argumenta a docente.

Luciana critica a falta de sensibilidade às diferenças. Como exemplo, a pró-reitora cita os quilombolas e indígenas que chegam à universidade e se deparam com situações diferentes das suas habituais, como a alimentação, vestimenta, cultura, moradia, linguagem e outros contextos. “A Lei de Cotas está aí, mas somente isso não basta. Precisamos que esses alunos se integrem para que eles permaneçam e concluam o seu curso superior. Infelizmente as universidades ainda replicam muito essa sociedade mal estruturada que nós temos no Brasil”.

Gervásio concorda com a pró-reitora de Jataí e afirma que a universidade tem como objetivo criar condições de cidadania. O docente de Catalão critica que a assistência social muitas vezes é vista apenas como “bolsas”. “As bolsas são importantes? Demais. Mas elas não são tudo na assistência estudantil. Quando falamos em educação estamos falando também em emancipação social, é preciso ir além do benefício e estabelecer uma política permanente que promova também a diversidade”, reforça.

Foto: Diogo Fleury



Fabiana Bonach é graduada pela UFG e especializada em Saúde Pública Nutrição Clínica Funcional

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL COMBATE A ANSIEDADE

Em entrevista ao Jornal do Professor, Fabiana Bonach explicou a relação entre o que se come e a ansiedade

Luciana Porto

Você sabia que a sua alimentação pode ser uma grande aliada no combate e prevenção da ansiedade? Escolher alimentos mais saudáveis e nutritivos e evitar o excesso de açúcares e substâncias estimulantes podem proporcionar mais qualidade de vida. O Jornal do Professor conversou com a nutricionista do Espaço Cultural de Lazer e Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), Fabiana Bonach sobre o assunto.

JP: Qual a relação entre a ansiedade e a alimentação?

Fabiana: A ansiedade ocorre em função de um desequilíbrio nos neurotransmissores, sobretudo na serotonina. Esse neurotransmissor

é produzido a partir de um aminoácido, o triptofano. Quando consumimos alimentos ricos em triptofano ele é sintetizado no intestino e transformado em 5HTP e depois em serotonina. Mas, para ocorrer essa transformação o intestino também precisa de vitaminas do complexo B e o magnésio.

JP: Em que alimentos encontramos o triptofano?

Fabiana: Nos ovos, leite, cereais, batatas, brócolis, banana, kiwi. Outro ponto que é importante ressaltar é que o intestino precisa estar saudável para a sua função. Então outra recomendação é inserir na alimentação os probióticos e prebióticos, porque eles auxiliam o intestino no processo de transfor-

mar o triptofano em serotonina.

JP: As pessoas estão mais ansiosas por causa da pandemia?

Fabiana: A ansiedade é desencadeada a partir do estresse. Com a pandemia, as pessoas passaram a ter mais sentimentos negativos, como o medo. Todas as vezes que passamos por um processo de estresse, nosso corpo responde com liberação de substâncias pró-inflamatórias. Por isso, os alimentos anti-inflamatórios também precisam estar presentes em uma alimentação saudável. O ômega 3 e a cúrcuma (açafrão), são exemplos de alimentos que combatem a inflamação.

JP: E o papel das atividades físicas?

Fabiana: A prática diária de exercícios é recomendada por diversos motivos, entre os mais importantes a diminuição da tensão muscular, a produção a produção de substâncias químicas no cérebro responsáveis pela sensação de prazer e felicidade, distrai os pensamentos negativos que deixam as pessoas ansiosas e outros benefícios.

A nutricionista Fabiana Bonach é a responsável pelo atendimento aos professores sindicalizados e dependentes do Adufg-Sindicato. O atendimento é realizado às segundas, quartas e sextas-feiras pela manhã, das 8 às 13 horas, e às terças e quintas-feiras, das 13 às 18 horas.

Confira abaixo um quadro com dicas de alimentos que ajudam a combater a ansiedade.

Ansiedade e Nutrição

PROBIÓTICOS E PREBIÓTICOS: Favorecem o aumento da disponibilidade de triptofano e da produção de serotonina.

Fontes de probióticos: logurtes (confirmar a informação no rótulo), leite fermentado. Pode ser encontrado também na forma de pó.

Fontes de prebióticos: Frutas, hortaliças, aveia e outros cereais integrais.

TRIPTOFANO: Participa do processo de produção da serotonina.

Fontes de triptofano: Ovos, leite, carne, soja, cereais, batata inglesa, brócolis, couve-flor, berinjela, tomate, kiwi, ameixa, banana, nozes, peixes, frutos do mar e cacau.

CARBOIDRATOS: A glicose aumenta a disponibilidade de serotonina e estimulam a passagem do triptofano pela barreira cerebral.

Fontes: Pão branco, macarrão, milho, tapioca, arroz branco, batatas, beterraba, melancia, uvas passas, mel, barra de cereais... carboidratos com IG altos.

OMEGA 3: Atenuar as respostas inflamatórias do organismo

Fontes de ômega-3: Sardinha, atum, camarão, salmão, cavalinha, linguado, linhaça, chia e nozes.

VIT.C: Combate os danos causados pelo estresse oxidativo.

Fontes: Acerola, cupuaçu, goiaba, laranja, limas e limões; Hortaliças como brócolis e pimentão.

VIT.E: Combate os danos causados pelo estresse oxidativo

Fontes: Óleo de germe de trigo e outros óleos vegetais, vegetais verdes, gema de ovo, manteiga, carne e nozes.

VITdo Complexo B: Participam da produção de Serotonina.

Fontes: Carnes, vísceras, ovos, germe de trigo, aveia, vegetais verde escuro, abacate, milho, maçã..

Cúrcuma: Atenua a resposta inflamatória do organismo.

Fonte: Açafrão da terra

NEGLIGÊNCIA COM A PANDEMIA, AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA E INSTABILIDADE POLÍTICA: O QUE ESPERAR DO BRASIL EM 2021

Governo Federal continua negligenciando Covid-19; Cenários econômico e político dão sinais de que continuarão instáveis

Arte: Janaína Silva (estagiária)



ESCALADA DE CASOS DE COVID-19, DEMORA NA VACINAÇÃO E AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA TRAÇAM PERSPECTIVAS NEGATIVAS PARA 2021 NO BRASIL

Com o ritmo de vacinação em marcha lenta e a escalada de casos de coronavírus (Covid-19), a crise sanitária parece estar longe de terminar no Brasil. Há quem diga que 2021 será uma espécie de 2020.2, ou seja, a continuidade de um ano que não terminou. E tem mais: quando se fala em cenário econômico, não há sinais de melhora. Na política, por sua vez, a instabilidade parece não ter fim. Além de tudo isso, o Governo Federal já deu sinais de que intensificará as tentativas de desmonte e ataques aos serviços públicos.

Com quase 230 mil mortes provocadas pela doença, o presidente Jair Bolsonaro ainda considera a pandemia superdimensionada, estimula que a população faça o mesmo, desrespeita medidas de prevenção, promove aglomerações e debocha da tragédia das famílias que perderam seus entes queridos. “O quadro é da mais grave crise sanitária da história brasileira, até pior do que a gripe espanhola. Além disso, temos uma grave crise econômica e há poucos paralelos históricos em termos de retração”, avalia o cientista político e professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS-UFG), Francisco Tavares.

Ainda na questão do combate à pandemia, a médica epidemiologista e professora do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP-UFG), Cristiana Toscano é categórica: há uma lista enorme de coisas que precisam melhorar. “Acima de tudo, é preciso ter condutas e decisões transparentes, que sejam baseadas em evidências científicas. Também é fundamental o fortalecimento das instituições e que elas estejam articuladas nos diversos níveis de gestão”, explica. “É preciso evitar o negacionismo e a desinformação”, ressalta.

Para a docente, que atua junto à Organização Mundial de Saúde (OMS) na definição de orientações sobre vacinação, o trabalho das universidades públicas e privadas no Brasil é o que tem ajudado a evitar um cenário que poderia ser ainda pior. “O trabalho do Butantan, da FioCruz e da própria UFG, por exemplo, tem sido incansável. Mesmo diante das inúmeras dificuldades, ciência e pesquisadores têm sido impressionantes”, avalia.

Ciência, pesquisa e educação sob ataques

Nunca antes foi tão importante investir em ciência e pesquisa. No entanto, em 2021, as duas

áreas já começaram com novos cortes no País. A verba destinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por exemplo, é de R\$ 2,7 bilhões, o que representa uma queda de 34% na comparação com o ano passado. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que financia a maior parte das pesquisas brasileiras, vai dispor de apenas R\$ 22 milhões este ano, cerca de 18% do orçamento disponível em 2019. Já na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a perda será de R\$ 1,2 bilhão em relação ao ano passado.

No Ministério da Educação (MEC), o corte é de R\$ 4,4 bilhões. A limitação ou redução orçamentária atinge a capacidade de resposta que envolve educação, ciência e tecnologia. Quanto mais recursos, maior é o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional”, destaca.

Para o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Goiás, professor Edward Madureira, os principais desafios das universidades em 2021 estão relacionados aos cortes orçamentários anunciados pelo Governo Federal. “A proposta do governo prevê 17,5% de redução, o que representa aproximadamente R\$ 1 bilhão nos recursos de manutenção das 69 universidades federais brasileiras”.

O presidente da Andifes também destaca que todas as instituições federais de ensino têm atuado fortemente no combate à pandemia e, inclusive, tiveram que assumir responsabilidades do Governo Federal para reduzir os impactos da doença. Com isso, segundo ele, é impossível que as instituições consigam cumprir seus compromissos financeiros se houver redução no orçamento. “A UFG e as demais universidades federais não mediram esforços e cumpriram um grande papel com a sociedade”, ressalta.

Edward também detalha ações realizadas pela UFG. “Nos colocamos em diversas frentes: montamos uma rede de laboratórios para testagem e disponibilizamos o Hospital das Clínicas para o atendimento aos pacientes. Além disso, nossos docentes lideraram inúmeros projetos, como produção de equipamentos de proteção e de álcool em gel, por exemplo”.

Cenário econômico

De acordo com o professor Francisco Tavares, economicamente, a crise brasileira caminha em direção a um cenário sem precedentes nos últimos 100 anos. Ele ressalta que a Emenda Constitucional 95 empurrou o País na mais intensa austeridade fiscal da história do modo de produção capitalista. Ele critica, ainda, a declaração do presidente da República de que o Brasil está quebrado e não pode fazer nada. “A escolha é completamente política. Não tem nenhum dado objetivo e estrutural de que isso seja verdade. Nossa dívida toda é na própria moeda e temos bilhões de reserva em dólar. O País tem condições de emitir moeda e contratar mais dívidas ou redistribuir recursos com práticas tributárias mais progressivas que impulsionam a economia”, analisa.

Instabilidade política

Sob clima tenso, a Câmara e o Senado elegeram seus presidentes. Jair Bolsonaro agiu diretamente para que seus candidatos fossem eleitos. Mais de R\$ 3,5 bilhões em emendas foram distribuídos para 250 deputados federais e 35 senadores aplicarem em seus redutos eleitorais. O montante saiu do Ministério do Desenvolvimento Regional. A estratégia deu certo, já que o deputado Arthur Lira e o senador Rodrigo Pacheco venceram as eleições.

Com a vitória de Lira, Bolsonaro passa a ficar refém de um grupo que não é conhecido pela lealdade, mas sim pelo pragmatismo: o Centrão. Se recursos secarem e a popularidade de Bolsonaro cair ainda mais, Artur Lira pode deixar de ser a blindagem do presidente contra um processo de destituição. Até o fechamento desta edição, 69 pedidos de impeachment haviam sido protocolados contra o mandatário.

Resistência

No movimento sindical, o maior desafio para 2021 é o mesmo: defender os serviços públicos dos ataques do governo Bolsonaro, que ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia. “O presidente elegeu a educação, os serviços públicos e os servidores como um todo como inimigos, mas não vamos nos curvar. Estamos prontos para a luta”, garante o presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goi-

ás (Adufg-Sindicato), professor Flávio Alves da Silva.

Uma das principais lutas que devem ser travadas neste ano é contra a proposta de reforma administrativa do governo, que prevê prejuízos para atuais e futuros servidores. “Vamos lutar com ainda mais força contra este grande retrocesso. O governo já deu sinais que a proposta deve voltar a ser discutida, mas permaneceremos atuantes na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade”, afirma o presidente. Flávio explica que o sindicato continuará articulando no Congresso de forma ainda mais incisiva e defende atuação conjunta contra os ataques. “O momento é de união. Todas as entidades sindicais precisam, neste momento, caminhar juntas contra as sucessivas tentativas de desmonte do Estado que vêm por aí”, conclama.

Flávio também defende, entre as principais lutas deste ano, que professores e servidores da educação sejam incluídos entre os grupos prioritários de vacina contra a Covid-19. “A pandemia não está sob controle e não há condições para o retorno presencial sem que haja imunização. Voltar às salas de aula no cenário atual significaria colocar a vida de professores, servidores, estudantes e familiares em risco. Vamos utilizar todos os meios legais possíveis para que as aulas presenciais só retornem quando houver vacinação em massa”.

O presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifés), professor Nilton Brandão, também acredita que o ano será de resistência. “As grandes lutas que tivemos em 2020 continuarão em 2021. Os cortes orçamentários podem inviabilizar o fundamento das universidades e isso não é um discurso político: o dinheiro que há não vai ser suficiente para a manutenção básica das instituições de ensino”, declara.

Sobre as pautas do governo, Nilton Brandão também acredita que serão de novos ataques. “Já passamos pelas reformas trabalhista e da Previdência. Todas as propostas trazem um discurso de modernização, mas, na prática, significam remoção de direitos e redução do espaço público”, conclui.

PROJETO DO INSTITUTO DE QUÍMICA RECEBE PRIMEIRA PATENTE ÚNICA DA UFG

Sensor de oxigênio em fluídos pode ser usado para auxiliar no diagnóstico da Covid-19. Pesquisadores procuram investidores para colocar invenção à disposição do mercado

Luciana Porto

A Universidade Federal de Goiás (UFG) recebeu do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) o reconhecimento da patente “Sistema fluorescente para sensor óptico de oxigênio dissolvido, método para preparar dispositivo de sensor e uso do sistema fluorescente”. O projeto coordenado pela docente do Instituto de Química, Tatiana Duque Martins, é o primeiro desenvolvido, integralmente, pela instituição de ensino a ser patenteado com titularidade única. O sistema foi pensado para determinar o nível de oxigênio em fluídos, até mesmo no sangue humano – o que pode ser favorável para monitoramento de pacientes com Covid-19. Agora, os pesquisadores buscam parcerias para comercializarem a invenção.

De acordo com Tatiana, a patente foi depositada em 2015, mas concedida à universidade somente no final do ano passado com prazo de validade até 2035. Ela explica que o processo demora bastante, pois existem várias fases para envio de documentação, questionários realizados pelo Inpi para o detalhamento do projeto. Por isso, a UFG tem pressa em colocar o sistema no mercado. “Já fomos

procurados por uma empresa do ramo cervejeiro. Porém, esbarramos numa questão muito comum, que é a falta de marketing na área da química. É muito difícil para o cientista entender o lado comercial, normalmente temos sede de descobrir coisas novas. Isso é um erro, porque o nosso País produz muita inovação tecnológica”, critica a docente.

O ano de depósito da patente do sensor de oxigênio em fluídos (2015), também foi o ano em que a UFG mais se destacou em solicitações ao Inpi. Apesar disso, a coordenadora do projeto afirma que as patentes ainda são pouco compreendidas pela comunidade científica. Segundo Tatiana, há uma ilusão de que quando está se patenteando algum projeto é necessário mantê-lo em segredo. “É uma área de estudo minha e tenho muita dificuldade em falar sobre isso, mas não deveria ser assim. As patentes hoje são os documentos mais confiáveis que existem. A indústria farmacêutica, por exemplo, tem um estudo que comprova que projetos patenteados são mais viáveis para execução do que os artigos científicos, porque podem ser re-

produzidos. Ainda é muito difícil dizer para a sociedade científica que as patentes dão muito mais credibilidade que os artigos”, revela a pesquisadora.

Inovação

Um sistema simples que combina dois itens: um peptídeo, que se organiza formando nanotubos, e um composto luminescente, que se adere às paredes dos nanotubos. Este é a organização do sensor óptico de oxigênio desenvolvido pelo laboratório LeNano da UFG. “A combinação dos dois é que vai conseguir determinar o oxigênio nos fluídos, sozinhos eles não conseguem. Quando colocamos qualquer líquido na presença desse composto, o brilho resultante vai ser mais ou menos intenso dependendo da quantidade de oxigênio presente. Quanto mais oxigênio no fluido, menos brilho o composto vai gerar. E esse sistema pode detectar uma parcela de oxigênio que é um milhão de vezes menor do que a miligrama”, explica Tatiana.

A diversidade da aplicação do sensor na prática é o que mais chama atenção. Projetado inicialmente para ser utilizado no meio ambiente em águas de rios e lagos, o sistema se mostrou versátil também para in-

dústria alimentícia e na área da saúde. Com a pandemia da Covid-19, os pesquisadores descobriram que é possível usar o sensor também para medir a oxigenação do sangue em pacientes com a doença. “Como a resposta que o sensor dá é imediata, assim que o fluido entra em contato com o sistema, ele pode ajudar equipe médica na tomada de decisões importantes para o tratamento, como a intubação – por exemplo. Ou até mesmo durante cirurgias, em que a oxigenação do paciente deve ser monitorada o tempo todo”, destaca a coordenadora do Laboratório de Espectroscopia e Nanomateriais (LENano).

Segundo Tatiana, a pesquisa ainda não terminou. Ela conta que o laboratório continua realizando testes para o uso do sensor na área da saúde, uma vez que são necessárias permissões dos órgãos reguladores. A docente adianta que a equipe de pesquisa já conseguiu doadores voluntários das amostras, que serão os pacientes do Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha, ligado à Faculdade Farmácia da universidade. “Estamos esperando um aval para iniciar esse estudo, e também recursos para conseguirmos colocar o nosso sensor no mercado”, completa.



Tatiana Duque critica a falta de diálogo na comunidade acadêmica sobre patentes

TECNOLOGIA 5G PODE REVOLUCIONAR O COTIDIANO

Professor Flávio Henrique Teles conta sobre essa novidade que pode tornar realidade carros e cidades inteligentes



Imagem: Pixabay License

Professor Flávio Henrique Teles conduz pesquisas relacionadas ao 5G que podem mudar o cotidiano

José Abrão

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deve realizar até o final deste semestre o leilão da rede 5G no Brasil. Mas afinal de contas, o que é o 5G? A definição mais simples é que esta é a quinta geração de internet móvel e que prevê, naturalmente, um aumento de velocidade na conexão e uma maior taxa de transmissão de dados. O fator transformativo associado ao 5G, porém, é que sua parte mais interessante, podendo oferecer uma verdadeira revolução no mundo da tecnologia como nós o conhecemos.

“Vamos poder, por exemplo, baixar um filme Ultra HD 4K em três minutos, algo que demoraria horas na tecnologia 4G”, exemplifica o professor Flávio Henrique Teles, coordenador do programa de pós-graduação em Engenharia Elétrica e de Computação da UFG. A taxa de transmissão pode chegar de 10 a 20 vezes maior do que se tem hoje, algo como 10 gigabits por segundo (Gbps).

Você já deve ter ouvido falar dessa nova tecnologia através de anúncios das operadoras, mas o que elas estão vendendo ainda não é aquele 5G. “O que as operadoras tem ainda é o que se chama de

5G DSS. Seria um pré-5G”, explica Teles, “é o que eles já estão instalando em Rio Verde, um projeto junto com o pessoal do IFG, uma tecnologia voltada ao agronegócio. É uma evolução do 4.5G, não é o 5G na sua totalidade. A princípio, a gente poderia dizer que é um 5G porque atende os padrões iniciais do 5G”.

Com o leilão, as operadoras passarão a acessar uma faixa de frequências novas. Aí entra a questão das ondas milimétricas, que é uma das características do 5G, que são frequências acima de 24 GHz. É uma tecnologia que vai trazer mudanças. Com a Internet das Coisas (IoT), se espera ter milhares de dispositivos por quilômetro quadrado, algo cem vezes maior em termos de conectividade do que temos com o 4G. “Com o 5G a gente tem comunicação entre os dispositivos, e a ideia é que isso se expanda. Por exemplo, na navegação autônoma, a gente pode ter carros conversando entre si para saber quais ações tomar”, elabora Teles, “outro exemplo seria poder controlar plantações, campos, jogando sensores, comunicando entre eles e enviando informações para a central de controle”.

O 5G pode trazer uma nova era não apenas para os carros inteligentes, mas para os grids e as cidades inteligentes. Este é um dos projetos que o InComm, grupo de pesquisa de Teles, está envolvido junto à Enel. “Você pode ter um medidor inteligente na sua casa e aí a medição de energia poderia ser feita automaticamente, enviando informações para a central”, exemplifica, “Um dos projetos que terminamos recentemente envolve como a rede pode atuar de forma a se reparar sozinha, de forma autônoma”.

A cidade inteligente vai envolver não só a parte de energia, mas algum grau de automação para gás, telecomunicações, água. Não só com o monitoramento, mas com o controle. “No nosso projeto a gente usou IA, para tomada de decisão de como, por exemplo, resolver um problema de falta de energia”, resume. Outra característica do 5G é o da quantidade massiva de antenas. “Estamos falando de uma estação com uma torre de 250 antenas, agregando faixas diversas de frequências seis vezes maior do que temos hoje. É aí que entra a pesquisa para desenvolver maneiras de gerenciar essa coisa toda”, disse Teles.

Você deve se perguntar: nosa, mas a fibra ótica demorou pra chegar e agora já vem aí outra coisa? Na verdade, a infraestrutura da fibra será toda aproveitada. “Como as taxas começam a ficar elevadas, as fibras continuam interconectando estas estações. A ligação entre o seu celular e a torre é sem fio, é antena, mas a conexão entre centrais é via fibra e as operadoras já investiram recurso nisso”, explicou o professor.

Esse futuro dos Jetsons parece bem ali na esquina, mas alguns desafios ainda se apresentam. Por exemplo, a cobertura do 4G nem chega ao Brasil inteiro e a capilaridade da fibra ainda precisa ser ampliada. Dentro do laboratório, Teles e sua equipe lidam com diversas questões. Por exemplo, com uma maior conectividade entre dispositivos, como gerir esses blocos de dados? Como coordenar a coexistência de tecnologias e conexões entre drones, carros e outros recursos inteligentes? Qual o impacto de ter múltiplas antenas? “Essa é uma das áreas que pesquisamos. Fazemos isso tanto via simulação quanto estamos caminhando para ter um 5G efetivo no laboratório, estamos batalhando na Fapeg”, conta.

UFG FIRMA PARCERIA COM A ONU PARA PROJETO SOBRE REFUGIADOS NO BRASIL

Cátedra Sérgio Vieira de Mello vai incorporar temática na comunidade acadêmica e tem como objetivo promover inclusão e debate sobre os direitos internacionais humanos



Foto: Diogo Fleury

Docentes da Faculdade de Ciências Sociais, João Roriz e Laís Thomaz estão à frente da iniciativa no Estado

Luciana Porto

O último relatório Tendências Globais do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) apontou que, até o final de 2019, 79,5 milhões de pessoas foram forçadas a deixarem seus países de origem em função de conflitos, perseguições ou violência generalizada. Este dado representa 1% da população global. No Brasil, segundo o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), pelo menos 200 mil solicitações de condição de refúgio aguardam para serem processadas, e 50 mil refugiados já foram reconhecidos. Como forma de promover a inclusão dessa comunidade no Estado, a Universidade Federal de Goiás (UFG) firmou convênio com a Organização das Nações Unidas (ONU) para implementação do projeto Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM). Além de desenvolver atividades que incorporem temática do refúgio na agenda acadêmica da instituição, a iniciativa também tem como objetivo difundir o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, e, em especial, o Direito Internacional dos Refugiados.

Coordenador da CSVM, o docente da Faculdade de Ciências Sociais da UFG (FCS/UFG), João Henrique Ribeiro Roriz explica que o projeto visa abarcar três áreas: ensino, pesquisa e extensão. De acordo com ele, atualmente não há registros de discentes refugiados na graduação ou pós da universidade, uma vez que essa condição é jurídica e o processo leva tempo. “Primeiro, a pessoa se candidata ao status de refugiado, depois passa por um longo processo na Justiça, e nesse meio tempo a pessoa recebe um estado temporário de solicitante de refúgio”, esclarece Roriz. Levando em consideração os dados do Conare, a comunidade acadêmica vêm se preparando não apenas para inclusão dessas pessoas na instituição, mas também as suas inserções na sociedade como um todo. “Na UFG, nós vamos ter disciplinas voltadas para essa temática e, futuramente, trazer os refugiados pra dentro da universidade.”

Laís Forti Thomaz, que é Relações Institucionais do

CSVM e docente da FCS/UFG revela que, embora o deslocamento das pessoas de seus países de origens sejam mais em função de conflitos de diversas ordens, um novo tipo de refugiado está sendo comum: o refúgio climático. A informação ganha ainda mais força quando quase meio milhão de pessoas morreram em desastres naturais relacionados com as alterações climáticas nos últimos 20 anos, de acordo com a organização não governamental (ONG) GermanWatch. O relatório mostra o Índice de Risco Climático Global e é divulgado anualmente pela ONG, sendo o último publicado no dia 25 de janeiro deste ano. “No Haiti, por exemplo, teve um terremoto um tempo atrás em que milhares de pessoas perderam suas casas e então se deslocaram para países vizinhos. Precisamos de uma ponte que mostre para a sociedade que nós podemos ganhar assumindo essas pessoas dentro da nossa comunidade, não deixando elas à parte, e a CSVM faz esse papel”, completa Laís.

Pandemia

O ano de 2020 e a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) agravaram ainda mais as desigualdades e violências as quais os refugiados são submetidos nos países estrangeiros. Roriz pontua que dados do Acnur mostraram que tanto os mais pobres quanto imigrantes são a parcela da população que mais foi afetada pela doença. “Os refugiados chegam aos países de abrigo fragilizados, não sabem como acessar serviços de saúde, educação e serviços que deveriam ser gratuitos. Não foram poucos os casos de pessoas que foram ignoradas pelo Sistema Único de Saúde e por profissionais que desconhecem que essas pessoas têm o direito de serem atendidas independente da nacionalidade. Além disso, como em geral essas pessoas estão espalhadas pela cidade, as vezes sem condições, pedindo dinheiro na rua, elas se tornam extremamente vulneráveis. As pessoas que estão fugindo de seus países de origem por razões de perseguição política, religiosa, etnia ou nacionalidade deveriam ter o status de refugiado aonde elas chegam”, critica o coordenador da CSVM.

SEM RECURSOS, REALIDADE CIENTÍFICA BRASILEIRA SE TORNA CADA VEZ MAIS DRAMÁTICA

PERDAS ACUMULADAS NO SETOR PASSAM DOS R\$ 40 BILHÕES DESDE 2015



Foto: Acervo Pessoal

Para o pesquisador José Alexandre Felizola, desmonte da ciência no Brasil é um projeto de Estado: “este cenário não vai mudar”

José Abrão

A ciência brasileira se aproxima de entrar em colapso e sofrer ainda mais com a falta de recursos e investimentos. A previsão de orçamento para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) em 2021 é 34% menor do que no ano passado, cujo orçamento já havia perdido 15% em relação a 2019. De acordo com o Observatório do Conhecimento, o corte na área científica brasileira já acumula um valor superior a R\$ 40 bilhões desde 2015. Em 2019, o orçamento total da área já era próximo da metade dos recursos disponíveis em 2014.

Para se ter uma ideia comparativa: o orçamento do MCTI em 2021 é de R\$ 2,7 bilhões. Em 2010, ele foi de R\$ 8,6 bilhões. Com correção, o valor chega a R\$ 10 bilhões. A professora Márcia Pelá, que é secretária regional da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), classifica a redução como projeto de desmonte

da pós-graduação no Brasil. “Não se faz ciência sem recursos financeiros. Nossos cientistas estão indo embora”, avalia.

Segundo a docente, a gestão do presidente Jair Bolsonaro enxerga a ciência como despesa. “O governo tem desmontado com agilidade o trabalho que levou décadas para ser construído: o de País com autonomia científica. O resultado é que o Brasil se torne dependente e atrasado”, critica.

A professora lembra que até mesmo no campo das vacinas o projeto de um imunizante brasileiro foi descartado por falta de recursos. “Algumas pesquisas nossas estiveram na frente, mas pararam por falta de verba”, resume. Isto é um fato: segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, o Brasil tem 16 imunizantes em desenvolvimento, mas praticamente todos estão em fase pré-clínica por não haver recursos para dar início a testes laboratoriais.

O professor e pesquisador,

José Alexandre Felizola, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (ICB-UFMG) é pessimista e não vê qualquer melhora. “Estamos na mesma situação. Houve a aprovação daquele projeto de Lei impedindo o contingenciamento do FNDCT, mas não sabemos exatamente como isso vai ser”, reflete, “a gente não sabe se vai ver esse recurso, que é considerável, e que poderia mudar o quadro que temos, que é pior que o do ano passado”.

Dito e feito. Ele estava se referindo ao único respiro que viria da aprovação da PLC 135/2020 pelo Congresso Nacional, em dezembro, que impede o bloqueio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Sem o contingenciamento, seriam R\$ 9 bilhões em recursos. O presidente Jair Bolsonaro, porém, vetou no dia 13 de janeiro tanto o artigo que impedia o bloqueio quanto outro que autorizava a liberação imediata dos recursos

do fundo contingenciados em 2020 para uso no orçamento de 2021. Cabe ao Congresso tentar reverter os vetos.

Para o docente, o melhor caminho é seguir trabalhando junto aos parlamentares. “Este cenário continua ruim com tendência a piorar. Existe uma movimentação para tirar o foco do Executivo e ir para o Legislativo, que tem uma bancada em defesa da ciência, da tecnologia e da educação. Essa bancada tem funcionado bem, inclusive veio dela esse PLC do fundo”, pondera.

Falta de fomento

A falta de recursos não prejudica apenas os pesquisadores veteranos, mas também quem está ingressando na pós-graduação – ou pelo menos tentando ingressar. Houve uma redução drástica no número de bolsas que devem ficar ainda mais limitadas e que estão há anos sem reajustes. Os valores de bolsa para o mestrado (R\$ 1,5 mil) e doutorado (R\$ 2,2 mil) não são atualizados desde 2013. Valores inviáveis pra sustentar um pesquisador que precisa se dedicar em tempo integral à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financia a maior parte das pesquisas brasileiras, vai dispor de apenas R\$ 22 milhões este ano, cerca de 18% do orçamento disponível em 2019. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por sua vez, perderá R\$ 1,2 bilhão em relação ao ano passado. Já no Ministério da Educação (MEC), o corte é de R\$ 4,4 bilhões.

Os cortes no MCTI afetam o CNPq e os do MEC a Capes, complicando a vida de muitos docentes, que acabam deixando o país, e dos estudantes, sem condições de realizarem seus mestrados e doutorados. Além disso, devido aos cortes e ao baixo valor das bolsas, o número de pesquisadores bolsistas vem caindo. O Brasil começou este ano com 10% menos bolsistas em relação ao ano passado.



INFORME JURÍDICO

PROFESSORES CONSEGUEM RETROAGIR ACELERAÇÃO DA PROMOÇÃO CONCEDIDA COM ATRASO

Professores conseguem retroagir a data da aceleração da promoção pela conclusão do estágio probatório, fixando-a na no mesmo dia que completaram 3 anos, concluindo o probatório.

O advogado Elias Menta explica que “não faz qualquer sentido a Universidade reconhecer a conclusão do estágio probatório em determinada data, mesmo que tal reconhecimento seja feito em data posterior ele deve retroagir ao dia que se completou 3 anos, sendo que sequência acelera a promoção para outro marco que não seja aquela data do momento da conclusão do estágio probatório”.

ADPF 759

O Supremo Tribunal Federal, iniciou no dia 18.12.2020 o julgamento da virtual para referendar a medida cautelar deferida na ADPF 759, que cuida da nomeação dos Reitores e Reitoras, sendo que tal julgamento ocorrerá até 05.02.2021.

O advogado Elias Menta explica que “fora realizada a sustentação oral na ADPF, ocasião em que sustentamos as boas razões pelas quais entendemos que se deve total atenção a autonomia universitária, aos postulados da gestão democrática e ao desejo da comunidade acadêmica, pedindo a ampliação da medida cautelar concedida, de modo a deferir integralmente o pedido formulado pelo Conselho Federal da OAB e garantir a nomeação do dirigente máximo que fora escolhido pela comunidade acadêmica”.

PROFESSOR QUE NÃO GOZOU DE FÉRIAS SERÁ INDENIZADO

Professor que não pode gozar de férias será indenizado no valor da remuneração referente ao período que deveria desfrutar do direito (45 dias) acrescido do 1/3 constitucional de férias.

O Assessor jurídico do Sindicato, Elias Menta, explica que “independente do motivo pelo qual o professor ou professora não gozaram das férias, tão direito não pode ser suprimido por meras formalidades, como por exemplo, o tempo destinado a tal marcação no sistema, eis que se trata de direito de envergadura constitucional e se constitui em medida de saúde das trabalhadoras e trabalhadores”.

O Advogado, complementa “o Judiciário tem firme posição nesta matéria, de modo que, em consonância com o que entendemos, tem compreensão de que tal direito não pode ser suprimido pela administração pública, por simples normativa que, em verdade, se consubstancia em exacerbada formalidade”.

STF decide que Bolsonaro deve respeitar lista tríplice na eleição de reitores

Ação na qual Adufg é amicus curiae pede que os candidatos mais votados sejam nomeados



Foto: Diogo Fleury

Para o advogado Elias Menta, o descumprimento da vontade da comunidade acadêmica desrespeita princípios constitucionais básicos

No dia 10 de dezembro, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar que determina que o presidente Jair Bolsonaro deve seguir à lista tríplice na nomeação de reitores das universidades federais e dos diretores das instituições federais de ensino superior. Os demais ministros ainda devem votar. “Os ministros podem aderir ao voto do relator ou divergir. Na divergência eles podem divergir com uma extensão maior, como a de que se respeite o primeiro da lista, como numa extensão menor, podendo entender outra possibilidade”, esclarece o advogado e assessor jurídico do Adufg, Elias Menta.

A ação no STF é de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e cobra que o presidente da República respeite a vontade da comunidade acadêmica, nomeando o candidato mais votado da lista. No dia 15 de dezembro, o Adufg-Sindicato, que foi aceito como amicus curiae na ação, fez sua sustentação oral em defesa do total deferimento da ação.

“O STF vai muito bem quando chama a sociedade para discutir as matérias. A figura do amicus curiae, que admite especialistas e entidades da área daquilo que vai ser julgado para falar, tem esse papel de ouvir a opinião da sociedade”, afirma Menta. Para o advogado, a ad-

missão do Adufg enquanto interlocutor é “o reconhecimento, pelo STF, da importância da entidade e de quão robusto é o sindicato ao ponto de poder discutir esta demanda que é muito significativa para a categoria, já que diz respeito à nomeação do dirigente máximo da universidade”.

O julgamento virtual da ação começou no dia 18 de dezembro de 2020. Na avaliação de Menta, a liminar foi importante, mas ainda não contempla o que o sindicato defende. “Porque ainda assim, permanecem casos em que se nomeia reitores que tiveram pouquíssimos votos e que não representam o aceite da comunidade universitária. Que legitimidade tem um reitor que foi nomeado com cinco votos?”, questiona. Apesar da liminar ser um avanço, o deferimento em parte não “resguarda que o interesse da comunidade acadêmica será de fato efetivado com a nomeação daquele que obteve mais votos”.

Desde o início do seu mandato, Bolsonaro nomeou 21 reitores de forma arbitrária. Sete são pro tempore, que sequer disputaram eleições, na prática, interventores federais. Os outros 14 não ficaram em primeiro lugar na consulta pública. O caso mais recente ocorreu na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em

que o presidente respeitou a lista tríplice, mas nomeou a segunda colocada.

Mas a nomeação não saiu barato. A UFPel decidiu que será gerida por dois reitores: Isabela Fernandes Andrade, nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro, e Paulo Roberto Ferreira Júnior, primeiro colocado na lista tríplice apresentada pela comunidade acadêmica. A universidade é a primeira no Brasil a desafiar as intervenções do presidente contra a autonomia universitária.

Para o advogado Elias Menta, as ações do presidente descumprem o que devia ser óbvio. “A comunidade acadêmica é quem sabe quem será seu dirigente máximo. É assim que se promove a eleição, não faz sentido alguém fazer uma nomeação que não observe os princípios básicos da Constituição”, critica.

“O que mais me chama atenção nessas nomeações é que o presidente da República declara explicitamente, sem fazer qualquer tentativa de esconder, que as nomeações são de pessoas alinhadas a ele”, comenta Menta. “Na nossa percepção, isso é inaceitável porque fere a autonomia que a universidade tem. Fere o pluralismo político. Fere a gestão democrática. Todos os princípios que deveriam ser observados”, resume.

Foto: Acervo Pessoal



Professor Wagner Gouvêa dos Santos abordou questões sobre a vacina, sobre a possibilidade de reinfeção e sobre a durabilidade da imunização.

PROFESSOR DA UFJ TEM ARTIGO SOBRE A COVID-19 PUBLICADO EM REVISTA INTERNACIONAL

O professor Wagner Gouvêa dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde e do curso de Biomedicina da Universidade Federal de Jataí (UFJ), teve artigo sobre os impactos da Covid-19 publicado pela

revista internacional Biomedicine & Pharmacotherapy. O texto aborda questões sobre vacina, possibilidades de reinfeção por pacientes curados e durabilidade da imunização. Segundo Wagner, o vírus da Covid-19 se modifica com

uma velocidade muito mais lenta. Ele reforça, ainda, que é importante manter cuidados, como distanciamento social, o uso de máscara e de álcool, mesmo com o começo da vacinação, para diminuir o contágio, para que o vírus

circule menos. “A vacina é a melhor forma de diminuirmos a taxa de infecção até podermos atingir, caso todos sejam vacinados, a tão falada imunidade coletiva”, afirma, “com ela, a possibilidade de novas cepas diminui muito”.

ADUFG É PARCEIRO DE CAMPANHA DO OBSERVATÓRIO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO EM DEFESA DO SUS



Foto: Divulgação

Iniciativa “Geografia do SUS” visa divulgar a importância do sistema para todo o Brasil com dados atualizados e informações sobre o seu funcionamento.

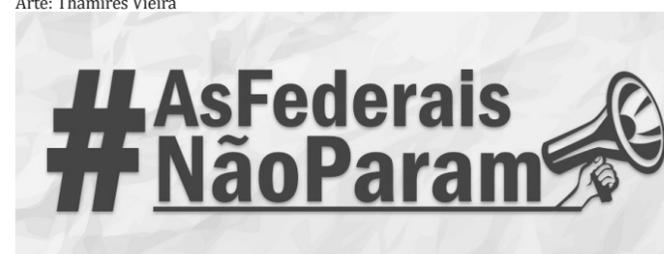
O Adufg-Sindicato é um dos apoiadores da campanha do Observatório do Estado Social Brasileiro, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-UFG), em defesa do Sistema Único

de Saúde (SUS). A iniciativa consiste na série de vídeos “Geografia do SUS”. Os vídeos, divulgados no canal “Porque o Estado Importa! (YouTube), abordam questões, como estrutura do SUS, vacinação, servidores públicos

da saúde, entre outros. Além disso, está no ar uma campanha de financiamento coletivo para ajudar a financiar a produção das animações. Doações podem ser feitas no seguinte link: <http://vaka.me/1674750>.

CAMPANHA #AsFederaisNãoParam

Arte: Thamires Vieira



As universidades federais seguem trabalhando durante a pandemia do coronavírus (Covid-19). Além das aulas remotas, diversas ações de pesquisa, extensão e ensino permaneceram sendo realizadas ao longo dos últimos meses. Para que a sociedade conheça o que tem sido feito pela comunidade acadêmica para minimizar os impactos da pandemia, o

Adufg-Sindicato lançou a campanha #AsFederaisNãoParam. Todas as iniciativas enviadas serão divulgadas nos canais de comunicação do Adufg (site, Facebook, Instagram e Twitter). Para participar, sendo realizadas ao longo dos últimos meses. Para que a sociedade conheça o que tem sido feito pela comunidade acadêmica para minimizar os impactos da pandemia, o

FORA BOLSONARO!

O Adufg participou de duas carreatas organizadas pelo Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e da Soberania. As duas atividades defenderam o estabelecimento de política de vacinação contra a Covid-19 para toda a população e o impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Lideranças de várias entidades sindicais e movimentos comunitários participaram das movimentações.



Carreata contra os ataques do governo Bolsonaro percorreu principais ruas de Goiânia

PROFESSOR LAERTE: “NUNCA BUSQUEI NA UNIVERSIDADE UM EMPREGO; BUSQUEI UMA CARREIRA”.

Há 27 anos na UFG, Laerte se divide entre gestão, ensino e pesquisa com o mesmo entusiasmo de quando começou

José Abrão

“A minha vida é a universidade. Eu basicamente só sei falar do meu trabalho”, relata o professor Laerte Guimarães Ferreira, “eu nunca busquei na universidade um emprego; eu busquei uma carreira”. Todo esse amor não é à toa. Além da docência, o professor coordena há mais de uma década o Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LaPIG) no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG) e atualmente está na gestão da universidade à frente da Pró-reitoria de Pós-Graduação.

Natural de Brasília, Laerte completa, em 2021, 27 anos de UFG. Desde cedo, não houve dúvida sobre qual caminho trilhar. Ao prestar o vestibular na UnB, ele podia optar por até três cursos diferentes. “Eu coloquei: Geologia, Geologia e Geologia”. Logo quando se formou, em 1990, ele recebeu uma proposta de emprego, que no final não se concretizou, que o levaria para outro caminho, mais ligado à mineralogia. Ao mesmo tempo, foi selecionado para fazer um curso de especialização na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), em Rio Claro, sobre sensoriamento remoto, para trabalhar com imagens de satélite, e que tinha uma bolsa da Capes. “Este curso mudou a minha vida”, resume. Logo depois, já partiu para o mestrado dentro do tema, concluído em 1993 e já no ano seguinte passou no concurso para ingressar na universidade e com sensoriamento remoto.

“O departamento de geografia na época, tinha muito interesse em criar um laboratório de sensoriamento remoto e explorar essa área de conhecimento. Criamos o que vira a ser o embrião do LaPIG”. O professor dá grande destaque à professora Zelinda Fanuch de Mendonça, chefe do então departamento de Geografia. “Se eu tivesse que sugerir uma estátua para alguém na universidade, seria para a professora Zelinda. Ela era uma apaixonada, uma pessoa que vivia a universidade de sete da manhã às sete da noite”, elogia.

Em 1997 veio a oportu-



Foto: Diogo Fleury

Como pró-reitor, Laerte afirma: “é muito gratificante perceber o tanto que esta universidade é grande. O quanto que o que ela faz é importante”

nidade de fazer o doutorado fora, na Universidade do Arizona (EUA). “Tive uma licença de quatro anos, isso é um grande privilégio! E tive uma bolsa da Capes, outro grande privilégio”, reconhece, “realizei um sonho. Sempre tive o sonho, desde que entrei na graduação, de fazer um doutorado fora do país”. Em agosto de 2001 ele voltou para o Brasil numa sexta-feira e na segunda-feira estava de volta ao IESA, onde retomou a coordenação do LaPIG.

De lá pra cá, o laboratório cresceu bastante, se tornando referência nacional e internacional e realizando projetos grandes internacionais, como

quatro trabalhos desenvolvidos com recursos da NASA. “O laboratório sempre esteve ligado a muito trabalho e a um certo empreendedorismo. Recurso nunca é fácil, mas fomos buscar recursos e parcerias”, resume. O primeiro projeto envolvendo a NASA veio ainda antes da conclusão do seu doutorado.

“O meu orientador me deu a tarefa de elaborar a proposta de um projeto para a NASA. Havia um grande edital. A agência aprovou três propostas, uma delas a nossa”, relata. A parceria permitiu trazer recursos para o Brasil e dar início a uma série de projetos e parcerias

significativos dentro e fora do país. As prioridades, porém, seguem as mesmas. “Fomos buscando recursos com dois objetivos: equipar o laboratório e pagar bolsas”.

Gestão

Desde 2018, Laerte está envolvido em um tipo muito diferente de desafio: a gestão da universidade através do cargo de pró-reitor de pós-graduação. Ele se diz muito honrado por hoje “poder estar à frente do grande sistema de pós-graduação da universidade, que é muito maior do que eu poderia imaginar, muito mais complexo e muito mais desafiador. Para mim, tem sido uma aventura”, avalia.

“Nosso desafio é terminar este período de gestão com esse sistema mais robusto, mais consolidado. Esse é o nosso trabalho diário. Me sinto muito feliz de perceber o quanto eu estou conhecendo mais a universidade. É muito gratificante perceber o tanto que esta universidade é grande. O quanto que o que ela faz é importante”, salienta. Para o docente, fazer parte da gestão significa “buscar o diálogo e o consenso o tempo todo”.

Ele reconhece que os últimos anos foram difíceis. “O orçamento da universidade tem sido cada vez escasso. Cada vez mais insuficiente. E obviamente que isso não é diferente na pesquisa e na pós-graduação. Em 2019, entramos no ano com vários cortes severos nas bolsas. Isso foi muito desafiador. Ver bolsas desaparecer do sistema! Foi angustiante”, desabafa, “é muito difícil ver alunos que eventualmente abandonam um programa de pós-graduação por não terem condições de se manter”.

Mas mesmo com os desafios e com a pandemia, o professor prefere se manter otimista e destacar o caráter de resistência dos docentes. “A universidade se tornou ainda mais gigante durante esta crise. Não há solução para qualquer problema fora da ciência, da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade”.